



Resumo das Atividades Mensais das Comissões – Resolução nº 2029/2025

Comissão Permanente de Controle, Manutenção e Execução do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) – Portaria Nº 041/2025 (alterada pelas Portarias nº 076/2025 e 110/2025)

►Datas e horários de início e término das reuniões realizadas, frequência dos membros e justificativas de ausência, conforme Resolução nº 2029/2025, art. 7º, §1º e §2º.

MEMBROS	DATA: 05/11/2025 INICIO: 17:50 FIM: 19:11	DATA: 13/11/2025 INICIO: 18:17 FIM: 19:32	DATA: 18/11/2025 INICIO: 17:30 FIM: 18:42	DATA: 24/11/2025 INICIO: 18:15 FIM: 19:41
Gabriel Alegre (Presidente)	Presente	Presente	Presente	Presente
Roberta Klem	Presente	Presente	Presente	Presente
Raquel Azevedo	Presente	Presente	Presente	Presente
Marcos Antônio	Presente	Presente	Presente	Presente
Kissiane da Silva	Presente	Presente	Presente	Presente
Ryan Porto	Presente	Presente	Presente	Presente
Wilian Teixeira	Presente	Presente	Presente	Presente



Resumo dos Assuntos Tratados nas Reuniões:

Durante o mês de novembro de 2025, a Comissão Permanente de Controle, Manutenção e Execução do SAPL realizou quatro reuniões ordinárias, que evoluíram de um diagnóstico operacional para um planejamento estratégico abrangente, abordando desde a correção de falhas pontuais até a institucionalização de melhorias estruturais no sistema.

Mapeamento Quantitativo e Qualitativo do Acervo de Indicações: A primeira reunião dedicou-se a uma análise discriminada do estoque processual, categorizando as indicações por estágio (tramitação, análise, encaminhamento, arquivamento e pendência de resposta). Este levantamento serviu como base empírica para todas as deliberações subsequentes do mês.

Implementação de Ciclo de Vigilância Processual: Como desdobramento do mapeamento, estabeleceu-se um protocolo de monitoramento ativo e cíclico, destinado a interceptar gargalos e assegurar que cada proposição receba o andamento regimental adequado em tempo hábil.

Campanha de Adequação Formal do Acervo Histórico: A exigência de ementas em maiúsculas motivou a criação de uma força-tarefa corretiva, com o objetivo de revisar não apenas os novos ingressos, mas também retroagir sobre o acervo já existente, garantindo homogeneidade documental.

Correlação entre Inconformidades e Impacto no Plenário: A segunda reunião expôs a relação causa-efeito entre documentos mal redigidos e falhas na condução das sessões, onde a omissão de leituras comprometia a regularidade dos trabalhos legislativos.

Diagnóstico de Fragilidades na Cadeia de Comunicação Interna: Identificou-se que as inconsistências documentais eram agravadas por uma ruptura no diálogo operacional com os gabinetes, criando um ciclo vicioso de irregularidades não sanadas.

Estratégia de Engajamento e Responsabilização dos Gabinetes: A recomendação emitida visou não apenas corrigir documentos, mas restabelecer canais eficazes de comunicação, promovendo a corresponsabilidade dos gabinetes na qualidade das informações protocoladas.

Contextualização do SAPL como Política Pública de Estado: A apresentação institucional resgatou o caráter do sistema como uma ferramenta de política pública



nacional, fruto de cooperação entre o Senado Federal e as casas legislativas municipais, transcendendo sua mera função de software.

Ênfase na Interoperabilidade e Padronização Nacional: Destacou-se que o uso do SAPL alinha a Câmara Municipal de Macaé a um padrão técnico e de transparência adotado nacionalmente, facilitando a intercambialidade de dados e boas práticas.

Desenvolvimento de Guia de Boas Práticas para Redação Legislativa: O documento orientador em planejamento será mais do que um manual; pretende-se que seja um instrumento de capacitação contínua e referência para a técnica legislativa, abrangendo desde a ementa até a justificativa.

Sistema de Alertas e Gestão por Prazos no SAPL: A discussão sobre prazos evoluiu para a proposta de configuração de mecanismos de alerta automático dentro do sistema, visando uma gestão preventiva e não apenas reativa das etapas processuais.

Estruturação de um Plano de Capacitação em Camadas: A proposta de capacitação considera níveis diferenciados de treinamento (básico, avançado, para novos servidores) e a criação de uma base de conhecimento acessível (vídeos, tutoriais, FAQs).

Unificação e Digitalização do Regramento Interno: A consolidação das normas visa criar um repositório digital único, navegável e de atualização centralizada, substituindo documentos físicos dispersos e garantindo sempre a versão mais recente aos usuários.

Implementação de Protocolos de Validação para Anexos Digitais: O controle de documentos anexados incluirá a definição de formatos aceitos, tamanhos máximos e metadados obrigatórios, assegurando não apenas a pertinência, mas também a preservação digital de longo prazo.

Criação de um Comitê de Acompanhamento de Atualizações Técnicas: Ficou sugerida a designação de membros da Comissão para monitorar as release notes e novidades do Interlegis, avaliando impactos e planejando a adoção das novas funcionalidades.

Definição de Métricas de Performance e Eficiência da Comissão: A reafirmação do caráter operacional veio acompanhada da intenção de estabelecer indicadores-chave de desempenho (KPIs) para mensurar a produtividade, a qualidade dos dados e a resolução de demandas.



Articulação entre Prestação de Contas e Melhoria Contínua: Ficou explícito que o ciclo de reuniões é o motor da governança do SAPL, onde os dados reportados (prestação de contas) alimentam diretamente a identificação de oportunidades (planejamento estratégico).

Análise da Taxa de Crescimento e Composição do Acervo Digital: Os relatórios permitiram observar não apenas os volumes totais, mas tendências de crescimento por tipo de proposição e a evolução da relação entre matérias novas, normas consolidadas e documentos de apoio.

Transparência Ativa através da Rastreabilidade Documental: O registro detalhado de cada resposta anexada e ofício tramitado constrói um histórico público e auditável de toda a interlocução com o Poder Executivo, materializando o princípio da transparência na prática.

Gestão Proativa de Riscos Legislativos: O conjunto de ações discutidas (padronização, controle de prazos, validação) configura uma estratégia integrada de gestão de riscos, mitigando falhas que poderiam levar a questionamentos jurídicos ou à perda de eficácia dos atos legislativos.

Fortalecimento da Cultura de Dados na Casa: O trabalho meticuloso da Comissão, com foco na qualidade e confiabilidade da informação no SAPL, contribui para a consolidação de uma cultura organizacional orientada por dados precisos e acessíveis em todos os setores.

Todas as reuniões transcorreram com elevado nível de colaboração e profissionalismo, demonstrando um amadurecimento da Comissão que, mantendo seu núcleo operacional, passou a atuar também no planejamento tático e na melhoria sistêmica do processo legislativo digital.

Volume de Proposições inseridas no SAPL conforme relatórios apresentados:

Em 05/11/2025:

39.456 proposições:
30.334 matérias legislativas
7.280 normas jurídicas
1.842 documentos administrativos



CÂMARA
MUNICIPAL DE MACAÉ

Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macaé
Macaé Capital da Energia
Lei Estadual n° 10.178 de 09.11.2023

Em 13/11/2025:

39.576 proposições:
30.434 matérias legislativas
7.295 normas jurídicas
1.847 documentos administrativos

Em 18/11/2025:

39.682 proposições:
30.534 matérias legislativas
7.298 normas jurídicas
1.850 documentos administrativos

Em 24/11/2025:

39.796 proposições:
30.632 matérias legislativas
7.311 normas jurídicas
1.853 documentos administrativos

Gabriel Alegre Silva

Presidente da Comissão Permanente de Controle, Manutenção e Execução do Sistema de
Apoio ao Processo Legislativo (SAPL)